

**ACTA**

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 - Vereador Rui Vítor Costa – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Foi tornado há pouco tempo um estudo de públicos a propósito do Centro Cultural de Vila Flor. Ao que se lê na notícia (Público 18Set09) a frequência do CCVF tem uma substancial fatia (40%) de habitantes do Porto e Grande Porto, o que vem reforçar aquilo em que temos insistido a propósito da optimização das acessibilidades ferroviárias entre Guimarães e o Porto. Gostaria de perguntar, já que conheci o estudo pelas notícias e não pelas informações do Sr. Presidente da CM como, julgo, seria suposto acontecer, de que forma foram feitos os inquéritos a que a notícia faz alusão? Isto é, se há um valor meramente indicativo no estudo ou se estamos perante um trabalho mais profundo e sustentado? Li com interesse a publicação Guia de Turismo Científico de Guimarães a que a Câmara, em boa hora, deu corpo juntamente com outras instituições, nomeadamente a Universidade do Minho. É um trabalho muito interessante e bonito que foca e aprofunda aspectos mais particulares do

nosso património. É uma publicação pioneira que mereceria uma divulgação mais alargada. Julgo que a publicação *online* desta obra, adaptando a impecável estética do livro e reproduzindo a riqueza dos textos, permitiria um alargamento do público-alvo que tem interesse em visitar Guimarães numa perspectiva de maior envolvimento e conhecimento da nossa história e do nosso património. A propósito de páginas da Web não pude deixar de reparar que a página da Capital Europeia da Cultura 2012 continua (apenas) em português. Não se compreende que assim esteja”. **2 – Vereador José Manuel Antunes** – Pediu esclarecimentos sobre os contornos das acessibilidades que estão a ser construídas em Silves, lamentando que a população não tenha sido previamente informada do impacto dos acessos que vão servir o novo espaço comercial. Deixou, também, um reparo à forma como alguns equipamentos de um loteamento industrial estão a ser construídos sem que tenham sido executadas ainda as infra-estruturas. **3 – Vereador Calos Vasconcelos** – Pediu esclarecimentos sobre as circunstâncias que motivaram o anúncio da nomeação de Vítor Oliveira para o desempenho de funções como director do Centro Ciência Viva, durante a apresentação dos candidatos do Partido Socialista à Junta de Freguesia de S. Paio. **4 – Vereador Vítor Ferreira** – Disse congratular-se com o facto de verificar o tom afirmativo inscrito em cartazes dos candidatos socialistas das freguesias situadas a norte do concelho, manifestando, por isso, a esperança de que o projecto da Capital Europeia da Cultura 2012 também não esqueça aquela zona do Município, realçando que o seu partido preconiza o desenvolvimento estrutural do concelho fazendo com que o impacto da Capital Europeia da Cultura também se faça sentir naquela zona do território vimaranense. **4 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Sobre os cartazes de propaganda



política, disse que as respectivas inscrições eram da inteira responsabilidade dos candidatos do Partido Socialista nas freguesias. **b)** – Sobre o estudo de públicos do Centro Cultural de Vila Flor, disse que o iria oportunamente ser divulgado, visto faltarem ainda as conclusões; **c)** - Concordou que o Guia de Turismo Científico, atendendo à sua importância, terá de ser divulgado convenientemente, o que será feito a devido tempo; **d)** – Sobre a página da Capital Europeia da Cultura 2012 disse que a Fundação estava a trabalhar, pelo que, naturalmente, esta questão deverá estar resolvida brevemente. **e)** – Sobre o loteamento industrial situado em Silvares, disse que, até ao momento, não tinham chegado quaisquer queixas; **f)** – Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Vasconcelos, esclareceu que enalteceu as competências e capacidades de Vítor Oliveira, enquanto Director Executivo do Cybercentro de Guimarães, apenas para justificar a sua escolha para Director do Centro de Ciência Viva. **5 – Vereadora Francisca Abreu – a)** – Prestou esclarecimentos mais pormenorizados sobre o estudo de públicos do Centro Cultural de Vila Flor, designadamente sobre os seus conteúdo e objectivo; **b)** – Deu conhecimento do Relatório do EIM (Espaço Informação Mulher). **7 – Vereador Armindo Costa e Silva – a)** – Apresentou informação sobre a proposta para adesão ao passe “sub23@superior.tp”, para ser votada antes da Ordem do Dia; **b)** – Apresentou as linhas orientadoras da iniciativa que pretende criar uma rede de abastecimento de veículos eléctricos. -----

----- DELIBERAÇÕES -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

ADESÃO AO PASSE “SUB23@SUPERIOR.TP – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Ministério das Obras Públicas, Transportes e

Comunicações, pelo Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto, criou o passe “sub23@superior.tp”, destinado a todos os estudantes do ensino superior. Os estudantes do ensino superior, até aos 23 anos, inclusive, beneficiam de redução do preço do título de transporte, a qual corresponde a um desconto de 50% a deduzir no valor da tarifa inteira relativa aos passes mensais em vigor, correspondentes ao percurso entre a sua residência e o estabelecimento de ensino superior, designadamente nas carreiras rodoviárias urbanas e interurbanas e nos serviços ferroviários urbanos e suburbanos, entre outros. De acordo com o número 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 203/2009, o passe sub23@superior.tp é aplicável aos serviços de transporte colectivo de passageiros concessionados por iniciativa dos municípios, mediante a adesão destes. Ao aderir, a Câmara compromete-se a manter a estrutura tarifária dos passes existentes à data da criação do passe “sub23@superior.tp e a informar o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres IP, sobre quaisquer alterações que venham a ser introduzidas no contrato de concessão. Não existindo outras implicações para o Município, designadamente de ordem financeira, sendo estas asseguradas pelo Orçamento do Estado, e considerando a concessão dos transportes pela Câmara aos Transportes Urbanos de Guimarães, propomos a adesão do Município de Guimarães ao passe “sub23@superior.tp”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1 – Da seguinte informação da Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade: “SIMPLEX AUTÁRQUICO 2009/2010 – Proposta de medidas Municipais** – Com o encerramento do programa Simplex 2008/2009, entendeu a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa que é



chagada a hora de dar início ao novo programa para 2009/2010. Nesta sequência, fomos contactados pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) no sentido de apresentarmos algumas sugestões para novas medidas de simplificação que possam vir a ser incluídas neste novo programa. Antes de passarmos a enunciar qualquer medida, convém salientar que a adesão do Município de Guimarães ao programa anterior, aliado à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, constituiu um passo muito importante e que impulsionou a modernização dos serviços municipais permitindo-nos melhorar significativamente a qualidade dos serviços que prestamos aos cidadãos. Importa, portanto, dar continuidade a este projecto tendo em vista a melhoria dos serviços e o aumento da satisfação dos cidadãos. Assim, face ao curto espaço de tempo que nos foi concedido e depois de alguma reflexão, foi possível definir quatro medidas que consideramos pertinentes e que dão continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, designadamente: **MEDIDA 1 - TÍTULO: Digitalização Progressiva de Documentação.** OBJECTIVO: Pretende-se tornar mais fácil o acesso à documentação arquivada por forma a tornar mais eficiente a resposta a proporcionar aos cidadãos, promovendo a interoperabilidade entre os vários serviços do Município e permitindo a consulta simultânea por parte de diversos intervenientes num determinado processo. Pretende-se, ainda proporcionar aos cidadãos o fornecimento de (alguma) documentação na hora. DESCRIÇÃO: Numa primeira fase pretende-se digitalizar e guardar em arquivo digital, a documentação à qual é necessário recorrer com maior frequência para dar resposta aos pedidos apresentados pelos cidadãos, particularmente as Licenças de Utilização e os processos de Licenciamento de Obras Particulares de Operações de Loteamento; **MEDIDA 2 - TÍTULO: Certidão na Hora –** OBJECTIVO: Pretende-se proporcionar aos cidadãos a prestação imediata de alguns

tipos de certidão, designadamente, Imóvel Classificado, Características de Ciclomotores, Isenção de Licença de Utilização e outras. DESCRIÇÃO: Para a implementação desta medida é necessário o desenvolvimento de mecanismos que permitam aos colaboradores do atendimento municipal acederem à informação necessária para a emissão imediata das certidões.

MEDIDA 3 - TÍTULO: Execuções Fiscais On-Line – OBJECTIVO: Conceder aos cidadãos o acesso à consulta dos processos de execução fiscal de que sejam titulares, e possibilitar o pagamento das dívidas através de meios automáticos, sem necessidade de deslocação aos serviços. **DESCRIÇÃO:** Desenvolvimento de uma base de dados relativa aos processos de Execuções Fiscais do Município; criação de códigos de acesso a essa base de dados e implementação de mecanismos que permitam o pagamento por meios automáticos.

MEDIDA 4 - TÍTULO: Balcão de Atendimento Virtual (telefónico e on-line) - OBJECTIVO: Diminuir o número de atendimentos presenciais, promovendo, assim, a redução dos correspondentes tempos de espera por forma a tornar mais eficiente o atendimento municipal. **DESCRIÇÃO:** Criação de canais de comunicação entre os cidadãos e os serviços do Município, através de redes de comunicação que proporcionem meios alternativos ao atendimento presencial. Pretende-se, portanto, proporcionar aos cidadãos a obtenção da informação, sem necessidade de deslocação aos serviços de atendimento, designadamente através de um Balcão Virtual de atendimento telefónico e on-line. Para a definição destas medidas contactamos os vários serviços envolvidos e respectivas chefias, que as consideraram pertinentes e exequíveis, demonstrando todo o interesse na sua implementação. Assim, e se o Sr. Presidente concordar, propomos estas como Medidas Municipais de Simplificação a incluir no próximo programa Simplex Autárquico para 2009/2010; **2 – Do Plano de**



Contingência do Município de Guimarães para a Gripe A, bem como da sessão de esclarecimento ocorrida ontem, no Salão Nobre, destinada aos responsáveis políticos e técnicos da Câmara Municipal. **3** – Da Carta do Designer António Miro agradecendo a hospitalidade e a forma como foi recebido aquando da sua estadia na cidade de Guimarães; **4** – Do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, S.A. e a AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A. tendo por objecto estabelecer as condições de colaboração entre o Grupo AICEP e a AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave para a prestação de serviços coordenados às empresas nacionais, com o objectivo de desenvolver estratégias de internacionalização e criar condições favoráveis ao investimento directo estruturante. **5** – Fez o enquadramento da evolução registada na definição da localização dos equipamentos estruturantes da Capital Europeia da Cultura 2012. Assim, disse que a **Plataforma das Artes** vai ocupar o espaço do antigo Mercado Municipal, podendo o equipamento abranger ainda os terrenos existentes nas imediações. Quanto à **Residência de Artistas**, uma valência complementar, disse que deverá ser instalada num edifício a definir na Rua da Rainha. A **Casa da Memória** ainda não tem local exacto, embora a Autarquia mantenha conversações com os proprietários de um imóvel situado na Avenida Conde Margaride. O edifício de uma antiga fábrica situada na margem do Rio Selho, na zona da Pisca, em Creixomil, poderá ser reabilitado para acolher o **Laboratório da Paisagem**, estando a Câmara em negociações com os proprietários. O complexo processo judicial que envolveu a disponibilização do imóvel do antigo Centro de Saúde, situado na Praça de S. Tiago, está a chegar ao fim, pelo que a Autarquia deverá pagar cerca de

€300.000,00 para o inquilino abandonar o espaço e iniciarem-se as obras de adaptação do edifício. A partir de Outubro poderão ser ultrapassados os entraves existentes, lançando-se o concurso público. No âmbito do **CAMPURBIS**, a parceria entre a Câmara e a Universidade do Minho vai permitir a recuperação de edifícios das antigas fábricas de curtumes sendo que o principal problema prende-se com a necessidade de construir uma conduta para desviar as águas provenientes da montanha da Penha e que são responsáveis pela instabilidade da bacia do Ribeiro de Couros. Relativamente à **Feira Semanal**, disse que a Autarquia já chegou a acordo com a quase totalidade dos proprietários dos terrenos necessários para a implantação do projecto, junto ao novo Mercado Municipal. No que diz respeito à **Requalificação do Toural** disse que, além do projecto de renovação que está a ser liderado por uma equipa da Universidade do Minho, a Autarquia está empenhada em resolver a questão do estacionamento, havendo conversações em curso com os proprietários de terrenos na tentativa de solucionar esta questão. **6** – Disse que a Fundação Cidade de Guimarães reuniu com todos os agentes educativos de Guimarães com o objectivo de apresentar o projecto do serviço educativo que se pretende levar à prática no âmbito da Capital Europeia da Cultura, envolvendo todos os Agrupamentos de Escolas e outros agentes educativos do Concelho. **7** – Da realização das Jornadas do Património 2009, a realizar no dia 25 de Setembro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“EDIFÍCIO ESCOLAR SITO NA RUA NARCISO DE SOUSA LOBO, FREGUESIA DE RONFE – USUCAPIÃO – O**



Município é proprietário do prédio urbano situado na Rua Narciso de Sousa Lobo (antigo lugar da Ermida), da freguesia de Ronfe, destinado a escola do 1º ciclo do ensino básico, com a área total de 2.420,00 m², inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 2506º, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida no dia 8 de Setembro de 2009, com o valor patrimonial de €114.870,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do identificado imóvel, desde tempos imemoriais aquele prédio tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar o respectivo registo na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **II** – Do despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 29 de Agosto de 2009, que aprovou a repartição de encargos da obra designada por **REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA VARIANTE NAS CALDAS DAS TAIPAS**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Em relação ao procedimento em epígrafe, e com vista à despesa inerente ao contrato a celebrar, solicitou-se prévia cabimentação à Divisão Financeira em 16 de Abril de 2009 para o preço base da empreitada em título, no valor de

€439.748,16€ + IVA à taxa de 5% relativo à rubrica 09:01:02 e €416.976,92 + IVA à taxa de 5% relativo à rubrica 09:01:38. Foi emitida a proposta de cabimento nº 3233 em 17 de Abril de 2009. Devido a atrasos de ordem processual na tramitação do concurso não será possível executar a totalidade da obra este ano, uma vez que o prazo é de 180 dias e ainda não foi, na presente data, celebrado o respectivo contrato de empreitada. Posto isto, e atento o Plano de Pagamentos da proposta do adjudicatário Alberto Couto Alves, S.A., cujo valor é de €589.235,63 + IVA sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2009:** €201.261,85 + IVA = €211.324,94, afecta à rubrica 09:01:38; **Ano de 2010** - €387.973,78 + IVA = €407.372,47, afecta à rubrica 09:01:02. Os trabalhos respeitantes à obra afecta à rubrica 09:01:38, ficarão concluídos no ano de 2009. Em 2010 serão executados os trabalhos afectos à rubrica 09:01:02. A obra consta do Plano de Actividades para o ano de 2009, afecta à rubrica 09:01:38 com uma dotação inicial inscrita de €350.000,00. Para o ano de 2010 está inscrita no Plano de Actividades na rubrica 09:01:02 com uma dotação inicial de €2.000.000,00”; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Setembro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por **“Remodelação da Praça e Beneficiação do Pavimento da Variante nas Caldas das Taipas”** ao concorrente “Alberto Couto Alves, S.A.”, pelo valor de €589.235,63 (quinhentos e oitenta e nove mil duzentos e trinta e cinco euros e sessenta e três cêntimos), para um prazo de execução de 180 dias; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 10 de Setembro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por **“Pavimentação da Rua de S. Bento – Tabuadelo, Rua da Bela Vista e Rua Padre José Ferreira Leite – Cadoso S. Tiago”** ao concorrente “M. Couto Alves S.A.”, pelo valor de €309.805,82 (trezentos e nove mil oitocentos e cinco euros e oitenta e dois cêntimos),



para um prazo de execução de 60 dias; **V** - Do Despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 10 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: 1 - “1. Atenta a necessidade de executar a obra de “**Edifício de Climatização da Câmara Municipal de Guimarães**”, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €712.214,22 (setecentos e doze mil duzentos e catorze euros e vinte e dois cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 05.04.01. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em exceder €712.214,22 (setecentos e doze mil duzentos e catorze euros e vinte e dois cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal:

Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. 6. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. VI - Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: **“DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE SACOS PARA CASTANHAS** – A confecção e venda de castanhas assadas nalgumas ruas da Cidade constituem uma prática sazonal, característica da estação outonal, que se insere na tradição cultural da região, contribuindo para a sustentabilidade económica e ambiental. Assim, pretende a Câmara Municipal proceder à distribuição gratuita de sacos para venda de castanhas, junto dos vendedores ambulantes de castanhas, devidamente licenciados para o efeito, considerando que se trata de uma medida que tem como finalidade garantir as condições de higiene e de segurança alimentar”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA – ADIANTAMENTO E APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO – Presente a seguinte informação



dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “A obra em assunto foi adjudicada pelo valor de €4.541.370,67 + IVA à empresa “Casais – Engenharia e Construção, S.A.” De acordo com nº 1 do artigo 292º do Decreto-Lei 18/08, de 29 de Janeiro, o contraente público poderá efectuar adiantamento de preço por conta de prestações a realizar no âmbito da adjudicação. Acresce que, de acordo com a alínea a) do nº1 do artigo 292º do Decreto-Lei 18/08, de 29 de Janeiro, o valor dos adiantamentos desde que não seja superior a 30% do preço contratual, que corresponde, neste caso, a €1.362.411,20 + IVA, já que ainda não foram elaborados autos de medição nem concedidos quaisquer adiantamentos. Assim, desde que o adjudicatário preste caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efectuados, não se vê inconveniente em que seja concedido o adiantamento solicitado, no montante de €1.362.411,20 (um milhão trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e onze euros e vinte cêntimos) + IVA. À consideração superior”. Junta-se, ainda, para aprovação a nova minuta do contrato, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DO BARREIRO – SELHO S. JORGE PARA CENTRO ESCOLAR – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Em relação ao procedimento em epígrafe, e com vista a ser adjudicada a obra à Empresa Sociedade de Construções Guimar, S.A. solicitou-se cabimento à Divisão Financeira para a totalidade do valor da adjudicação proposto pelo Júri do Procedimento em 29 de Maio de 2009, no valor de €915.607,25 + IVA à taxa de 5%. Foi emitida a proposta de cabimento n.º 4527 em 29/05/09, bem como o movimento de estorno n.º 746. Devido a atrasos de ordem

processual na tramitação do concurso não será possível executar a totalidade da obra este ano, uma vez que o seu prazo de execução é de 210 dias e ainda não foi, na presente data, celebrado o respectivo contrato de empreitada. Posto isto, e atento o Plano de Pagamentos da proposta do adjudicatário Sociedade de Construções Guimar, S.A. sugiro a seguinte repartição de encargos. **Ano de 2009** – €85.698,50 + IVA = €89.983,42; **Ano de 2010** – €829.908,75 + IVA = €871.404,19. A obra consta do Plano de Actividades para o ano de 2009, afecta à rubrica 01.02.31 e com uma dotação inscrita de €1.200.000,00. A dotação orçamental respeitante a esta empreitada estava inscrita apenas para o ano de 2009, contudo verificando-se que irão transitar para o próximo ano encargos no valor de €829.908,75 + IVA, deverá a Câmara deliberar no sentido deste assunto ser apreciado e votado na próxima Sessão da Assembleia Municipal”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DO MONTE – GUARDIZELA – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: “Ampliação da Escola EB1/JI do Monte - Guardizela”, que constitui um eixo prioritário de investimento para o Município, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar que, nos termos do nº5 do artº1º do Decreto-Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro, deve ser objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €1.603.763,39 (um milhão seiscientos e três mil setecentos e sessenta e três euros e trinta e nove cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 01.02.14.



3. Nos termos da alínea a) do n.º1 e do n.º2 do art.º 1º do Decreto Lei 34/2009, de 6 de Fevereiro, propõe-se a adopção de um ajuste directo, sem publicação de anúncio no JOUE, ao abrigo do n.º1 do art.º 5º do Decreto Lei 34/2009 de 6 de Fevereiro. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento com: Fixação do preço base em €1.603.763,39 (um milhão seiscientos e três mil setecentos e sessenta e três euros e trinta e nove cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. 5. Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho do Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 16 de Setembro de 2009, serão convidadas as seguintes entidades: Sociedade de Construções Guimar, S.A.; Combitur, Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A. e Costeira Empreiteiros – Soc. de Construções, S.A.; 6. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. 7. Para aprovação de Erros e Omissões propõe-se que o Júri do Procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e Programa

de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos, Vítor Ferreira e Ana Amélia Guimarães. -----

OBRAS PÚBLICAS – REMODELAÇÃO DE PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA VARIANTE NAS CALDAS DAS TAIPAS – PROCEDIMENTO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 20 de Agosto de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Os elementos do júri do presente procedimento em n.º de 5 (3 efectivos e 2 suplentes) foram designados pela Câmara Municipal aquando da abertura do procedimento. Constatase, porém, que na presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efectivos. Assim, para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatórios por lei, proponho que seja designado o Arq.º José Filipe Tavares Fontes, Chefe de Divisão de Estudos e Projectos para integrar aquele júri até ao regresso de um dos membros do júri inicialmente designado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião de 23 de Abril de 2009 deliberou delegar na Junta de Freguesia de Oleiros a obra designada por “Reabilitação de edifício para Casa Mortuária, pelo valor de €8.469,56. A pedido da Junta de Freguesia de Oleiros submete-se à aprovação do executivo camarário a alteração ao Protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009, na sua cláusula 1.^a, que passará a ter a seguinte



redacção: “O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Oleiros para a construção de casas de banho públicas junto à igreja.”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATO DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “A Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 37/2007, de 19 de Fevereiro, que contém em anexo os respectivos Estatutos. Tem natureza jurídica de Entidade Pública Empresarial (E.P.E.) e por este motivo integra o Sector Empresarial do Estado e está sujeita ao regime jurídico das Empresas Públicas: Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, pela redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto. A sua criação faz parte do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), como foi definido pela Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006, de 21 de Abril, e foram-lhe atribuídas parte das competências da entretanto extinta Direcção-Geral do Património (DGP), nomeadamente no domínio da Gestão do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e do Parque de Veículos de Estado (PVE). As metas estratégicas definidas para a reforma da Administração Pública e a redução da despesa estão intimamente ligadas à missão da ANCP que, através de uma estrutura de natureza empresarial, pretende tornar mais eficaz e eficiente a área de compras e a gestão do parque de veículos do Estado, aplicando uma lógica de partilha inter administrativa de serviços comuns. Nos termos do disposto nos art.ºs 260.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, é possível à autarquia aderir ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora

voluntária, sem quaisquer custos uma vez que a adesão é gratuita. Contactada a A.N.C.P. com vista a dar início ao procedimento de adesão, foi-nos remetido um contrato tipo utilizado por aquela entidade para todos os contratos que celebra com potenciais compradores, para cumprimento das obrigações estabelecidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro e na Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto, e mais recentemente na Portaria 420/2009 de 20 de Abril. Analisada a minuta verificou-se que é um exemplo típico de um contrato de adesão, um contrato em que a totalidade ou pelo menos os mais importantes elementos são definidos e impostos por uma das partes à outra, na forma de um modelo genericamente aplicável. No entanto, existe, também, uma cláusula que, de alguma forma, liberta o Município em relação às aquisições previstas na lista anexa a este contrato. Refere o ponto 2 da cláusula 2.ª que “*Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade aderente não se encontra vinculada ao dever de adjudicação exclusiva ao abrigo de cada Acordo Quadro dos bens e serviços nos mesmos compreendidos*”. Considerando o disposto na al. d) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto na al. b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, coloca-se à consideração superior o envio para aprovação em reunião de Câmara a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e a aprovação da minuta do respectivo contrato, que se anexa como ANEXO A. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS SINGULARES –
TRATAMENTO PLÁSTICO DO PAVIMENTO DA PRAÇA DO
TOURAL – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de



Estudos e Projectos: “O n.º 4 do art.º 35.º da Lei 12-A/2008 (número 4, artigo 35), de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefas, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o art.º 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares para a execução do projecto inerente ao tratamento plástico do chão do Toural. Nos trabalhos já desenvolvidos relativos à intervenção a realizar, surge como premissa urbanística fundamental o tratamento singular e coerente do pavimento da Praça do Toural o qual (independentemente do seu uso e usufruto) deverá distinguir-se pelo seu carácter irrepetível e contemporâneo. Apesar do tratamento a formalizar na Praça do Toural pressupor um processo criativo autónomo e, conceptualmente, independente, o mesmo deverá ser naturalmente articulado e compatibilizado com o “desenho geral” a salvaguardar para a Praça do Toural, partilhando, entre outros, os princípios de iluminação, mobiliário urbano, desenho, e induzindo mutuamente condicionantes ou pressupostos qualificadores de ambos processos conceptuais. Tal situação encontra-se já materializada na proposta de trabalho apresentada pelo (futuro) Autor do Projecto o qual, no documento “descrição crítica dos trabalhos a realizar” refere “julga-se, aliás, que acompanhando esse desígnio de contemporaneidade, estritamente ligado às manifestações culturais e artísticas que valorizam os ambientes urbanos mais acreditados, o desenho do pavimento deveria ser encarado como uma obra a instalar na

cidade e a sua concepção entregue a um artista plástico conceituado”. Assim, e porque se julga concluir que ambos processos “conceptuais” se deveriam desenvolver em paralelo (embora passíveis de tempo de maturação diferenciados) e o processo de adjudicação do projecto de arquitectura referente ao mesmo espaço se encontrar na sua fase final (assinatura do contrato), entende-se que deveria ser iniciado o processo tendente à conceptualização e elaboração do “tratamento plástico do pavimento da Praça do Toural”. Igualmente, em função de uma análise prospectiva de artistas plásticos passíveis de “adequação” ao trabalho em causa e das características do trabalho já desenvolvido (“no seu método de trabalho, a artista serve-se de variadas fontes, sejam elas artísticas ou não, que usa e molda a seu gosto. Assim a arte que a precede e que a rodeia – desde importantes referências de arte moderna e contemporânea até aos pintores de fim de semana – mas também o quotidiano e a cultura popular, são vistas como materiais a trabalhar, podendo ser alvo de apropriações e/ou das mais diversas intervenções – biografia de Ana Jotta por Nuno Faria), entende-se que a artista plástica Ana Jotta configura uma artista capaz de responder eficaz e eficientemente aos pressupostos que presidem este procedimento concursal (ajuste directo). Assim, na sequência do descrito, pela necessidade de, o mais rápido possível, iniciar o processo, pela adequação do trabalho desenvolvido pela pintora Ana Jotta às premissas atrás enunciadas, e porque o trabalho em causa encerra uma especialidade que os Serviços internos da Câmara Municipal não possuem, entende-se propor a contratação da artista Ana Jotta para a execução do projecto do tratamento plástico do chão da Praça do toural. Como a mesma Ana Jotta se apresenta uma Pessoa Singular, solicita-se autorização para desenvolver um procedimento concursal tendente à contratação desta mesma Pessoa Singular (ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei



209/2009, de 03 Setembro)”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos, Vítor Ferreira e Ana Amélia Guimarães. A Vereadora Ana Amélia Guimarães apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Não pondo em causa a competência da artista plástica em questão, manifestamos, no entanto, reservas quanto à adopção da contratação de prestação de serviços a pessoas singulares/ajuste directo em substituição do concurso público. Uma atempada planificação do projecto e da obra permitiria, em tempo útil, recorrer, como defendemos, ao concurso público, que consideramos mais transparente e propiciador das melhores opções, uma espécie de transposição da democracia para a esfera económica. Abstemo-nos em relação ao ponto em questão, salvaguardando, porém, a nossa discordância com o modelo de ajuste directo, pelas razões expostas e por este se nos afigurar susceptível de permeabilidade a conveniências que não salvaguardam o interesse público”. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS SINGULARES – TRABALHOS DE ARQUITECTURA E ARQUITECTURA PAISAGÍSTICA – ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO MUNICIPAL PARA MUSEU DE ARTE PRIMITIVA E ESPAÇOS PÚBLICOS – CAMPURBIS - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos: “O n.º 4 do art.º 35.º da Lei 12-A/2008 (número 4, artigo 35), de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefas, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços

foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o art.º 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares para a execução dos projecto inerentes aos projectos de requalificação do espaço público na zona de Couros, na componente de paisagismo e de adaptação do edifício municipal situado na rua Nova para o Museu de Arte Primitiva (a realizar no âmbito do projecto CAMPURBIS e instalação da Entidade Regional de Turismo). Na sequência do desenvolvimento do projecto de requalificação dos espaços públicos da zona de Couros, verifica-se a necessidade de incorporar a especificidade técnica de paisagismo para que, de forma sustentada e coerente com o projecto geral, possa ser desenvolvido um conjunto de acções projectuais específicas da componente de paisagismo (como por exemplo, modelação de terreno, planos de arborização, rede de rega, pormenorização construtiva, ...). Igualmente, no âmbito da transferência do museu de Arte Primitiva para edifício municipal localizado na rua Nova, constata-se a necessidade de desenvolver o respectivo projecto de instalação e reabilitação construtiva do edifício. Face aos trabalhos em curso nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Guimarães, e afectação dos recursos técnicos a trabalhos de projecto e emissão de pareceres considerados importantes (e que importa, quotidianamente, assegurar), julga-se necessário recorrer à contratação de técnicos exteriores a Câmara Municipal que revelem não só disponibilidade para a execução dos trabalhos num período temporal curto mas também alguma experiência de trabalho no campo de paisagismo e reabilitação construtiva. Em função do carácter específico dos dois trabalhos, podendo a contratação ser realizada por procedimento de ajuste directo para melhor aglizar e reduzir o tempo dessa mesma contratação – decreto-lei 18/08,



Código de Contratação Pública) quer pela disponibilidade manifestada, quer pela experiência já registada junto da Divisão de Gabinete Técnico Local, entende-se que os técnicos João Henrique Botelho Esteves Rodrigues Pessoa (paisagista) e Andreia Filipa Vaz Monteiro (arquitecta) reúnem as condições necessárias para a execução de tais projectos, propondo-se a respectiva contratação. Como os mesmos João Henrique Botelho Esteves Rodrigues Pessoa (paisagista) e Andreia Filipa Vaz Monteiro (arquitecta) se apresentam Pessoas Singulares, solicita-se autorização para desenvolver um procedimento concursal tendente à contratação destas mesmas Pessoas Singulares (ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro)”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “Não pondo em causa a competência dos técnicos em questão, manifestamos, no entanto, sérias reservas quanto à adopção da contratação de prestação de serviços a pessoas singulares/ajuste directo em substituição do concurso público. Uma atempada planificação do projecto e da obra permitiria, em tempo útil, recorrer, como defendemos, ao concurso público, que consideramos mais transparente e propiciador das melhores opções, uma espécie de transposição da democracia para a esfera económica. Abstemo-nos em relação ao ponto em questão, salvaguardando porém a nossa discordância com o modelo de ajuste directo, pelas razões expostas, e por este se nos afigurar susceptível de permeabilidade a conveniências que não salvaguardam o interesse público”. -----

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PESSOAS SINGULARES -**

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA – INSTALAÇÃO DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos: “O n.º 4 do art.º 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefa, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o art.º 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares para a execução do projecto inerente ao trabalho de antropologia a realizar no âmbito da instalação do “Balcão Único de Atendimento” na Câmara Municipal de Guimarães. Na sequência dos trabalhos arqueológicos já realizados, verificou-se a “descoberta” de sepulturas/indivíduos enterrados na área de intervenção os quais, quer legal, quer tecnicamente, deverão ser objecto de estudo por parte de técnico devidamente habilitado para o efeito (na área da antropologia). Não existindo, na Câmara Municipal de Guimarães, pessoa habilitada com tal especialidade, é necessária a contratação de uma entidade externa à autarquia para a execução do trabalho em causa. Verificando-se a urgência do serviço e a prospecção realizada no mercado de trabalho (no âmbito da adopção de um procedimento concursal de ajuste directo de forma a agilizar a execução do trabalho – tal como o disposto no Decreto-Lei n.º 18/08, que aprovou o Código dos Contratos Públicos), entende-se que a Dra. Patrícia Peralta reúne as condições técnicas e logísticas necessárias à execução do trabalho



em causa. Sendo a Dra. Patrícia Peralta uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento concursal tendente à sua contratação, ao abrigo do já mencionado art.º 6.º do Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães, que apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Não pondo em causa a competência da técnica em questão, manifestamos, no entanto, sérias reservas quanto à adopção da contratação de prestação de serviços a pessoas singulares/ajuste directo em substituição do concurso público. Uma atempada planificação do projecto e da obra permitiria, em tempo útil, recorrer, como defendemos, ao concurso público, que consideramos mais transparente e propiciador das melhores opções, uma espécie de transposição da democracia para a esfera económica. Abstemo-nos em relação ao ponto em questão, salvaguardando porém a nossa discordância com o modelo de ajuste directo, pelas razões expostas, e por este se nos afigurar susceptível de permeabilidade a conveniências que não salvaguardam o interesse público. -----

PATRIMÓNIO – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL, CIPRL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A “Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL, vem através de ofício datado de 7 de Setembro corrente, solicitar à Câmara Municipal a cedência duma loja situada na Avª Rio de Janeiro, nº 144, Esqº, freguesia de Mesão Frio, a fim de ali guardar, em condições que garantam a sua conservação e posterior reutilização, cenários, vestuário e

adereços utilizados nas várias actividades lúdicas que vem desenvolvendo, bem como o calçado e roupa doados por empresas e particulares para os utentes do Banco Social. O espaço pretendido pela “Fraterna” encontra-se, de momento, disponível, constituindo a fracção “E” do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 763/130795-E, e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 1294-E. Como é do conhecimento geral, a “Fraterna” tem vindo a desenvolver de forma dinâmica e eficiente diversas actividades de vertente social, funcionando o Banco Social em regime de parceria com esta Câmara Municipal, nos termos do Protocolo aprovado pelo executivo em reunião realizada em 19 de Fevereiro de 2004. Assim, em caso de aceitação superior, poderá a Câmara ao abrigo do disposto na aliena b), nº 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberar autorizar a utilização do identificado prédio pela “Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL”, mediante a celebração de um contrato de comodato, pelo período de um ano, renovável por iguais e consecutivos períodos, com a condição de lhe ser dado unicamente o fim acima indicado, assumindo a comodatária os encargos com a colocação de contadores, consumos de electricidade e água, com as respectivas despesas de condomínio bem como com dispositivos de segurança, ficando ainda salvaguardado que eventuais obras de adaptação de que o espaço necessite só poderão ser levadas a efeito com consentimento prévio da Autarquia. À consideração superior”. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----**
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – TURISMO DO PORTO E

**NORTE DE PORTUGAL – DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES –
CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO** – Presente

a seguinte proposta: “O Turismo tem vindo a assumir-se, cada vez mais, como um importante instrumento de dinamização da economia nacional e mundial. De facto, é inquestionável que o Turismo é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento económico de Portugal, não só no que se refere às receitas e ao número de empregos que gera, directa e indirectamente, mas também enquanto factor de coesão territorial e social. Neste contexto, e com o intuito de proporcionar a criação e consolidação de estruturas públicas fortes, modernas e dinâmicas, preparadas para enfrentar os enormes desafios que se colocam ao Turismo, o Governo, através do Decreto/Lei nº. 67/2008, de 10 de Abril, aprovou o novo mapa regional de Turismo de Portugal Continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo. Desta forma, e em conformidade com o referido Decreto - Lei, o Governo, através da Portaria nº. 1039/2008, aprovou os Estatutos da Turismo do Porto e Norte de Portugal, onde se prevê a instalação, em Guimarães, da Delegação de dinamização do produto estratégico Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios. Guimarães tem sabido, ao longo dos tempos, agir no sentido de favorecer a dinamização turística, qualificando e valorizando a sua oferta, aumentando e diversificando a procura. Neste contexto, estamos certos que Guimarães reúne as condições para responder, com eficiência e qualidade, ao novo desafio que se coloca ao Turismo em Portugal, conciliando e favorecendo, em simultâneo, os interesses do nosso Município. Assim, considerando que Guimarães, - vê, desta forma, e uma vez mais, reconhecida a sua importância estratégica na dinamização e consolidação do Turismo do Porto e Norte, em particular e

de Portugal, em geral; - pela singularidade da sua História, como Berço da Nacionalidade Portuguesa no séc. XII, pela sua enorme riqueza monumental e patrimonial, pela classificação, em 2001 pela UNESCO, como Cidade Património Cultural da Humanidade e como Capital Europeia da Cultura em 2012, assume um papel determinante neste novo e importante desafio que se coloca ao Turismo em Portugal; - com o objectivo de valorizar, potenciar e maximizar recursos, capazes de contribuírem para reforçar a sua promoção, interna e externa, principalmente, no que respeita a Capital Europeia da Cultura 2012, é também parte interessada na formalização de uma parceria activa e estratégica com a Turismo do Porto e Norte de Portugal; Propõe-se, ao abrigo do disposto no art. 67.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do art.º 4.º dos Estatutos da Turismo do Porto e Norte de Portugal, aprovados pela Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro, a celebração do Protocolo de Cooperação conforme minuta que se anexo nomo Anexo I. A minuta do Protocolo de Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NA AGÊNCIA EUROREGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EIXO ATLÂNTICO – AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Geral da Associação do Eixo Atlântico realizada em Guimarães no passado mês de Fevereiro ratificou a decisão tomada na Assembleia Geral de 2007, no sentido de converter o Eixo Atlântico num Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT). Os AECT são uma figura legal criada pela Comissão Europeia em 2007 para facilitar a



gestão das entidades de cooperação transfronteiriça que desta forma farão a gestão em todos os países aos quais pertencem (Espanha e Portugal, neste caso) seguindo a legislação de um deles e podendo, assim, funcionar com um único orçamento e uma única contabilidade. Isto é exactamente o que o Eixo Atlântico tem vindo a fazer nestes anos de forma pioneira, sendo a única entidade transfronteiriça com um único Presidente e com um único Secretário Geral, pelo que não tem que aplicar a co-decisão, o que foi uma das chaves de agilidade e eficácia que vem caracterizando a Associação. Não obstante, no momento presente, coincidindo com a promulgação da legislação dos AECT, figura que o Eixo Atlântico solicitou continuamente à Comissão Europeia que regulamentasse durante os últimos 10 anos, foi alterada a legislação nacional de contratação pública, o que obriga a Associação a ter um orçamento anual específico para Portugal afim de poder executar qualquer despesa, pelo que teríamos que ter dois orçamentos distintos e duas gestões diferenciadas, o que na prática significaria que o Eixo Atlântico se convertesse em duas entidades distintas, uma espanhola e outra portuguesa. Por tudo isto, e considerando os pressupostos inerentes ao Eixo Atlântico, nomeadamente os da sua composição e objectivos, é fundamental para o seu fortalecimento e eficácia que a Associação se constitua como agrupamento europeu de cooperação territorial, adoptando o novo enquadramento legislativo. Para esse efeito, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães ratifique o protocolo de cooperação territorial europeu entre os municípios constituintes da Associação do Eixo Atlântico para criação da Agência Euroregional de Desenvolvimento do Eixo Atlântico – AECT, e aprove os respectivos estatutos, remetendo-os à Assembleia Municipal, para aprovação”. O Protocolo de Cooperação e os Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE SUPLEMENTO DA REVISTA VILLAS & GOLFE –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães aceitou a proposta da PM Media Comunicação S.A., editora da revista Villas & Golfe, no sentido de ser distribuído, em conjunto com a próxima edição daquela publicação, um suplemento especial dedicado a Guimarães. Tratar-se-á de um suplemento centrado na arquitectura, urbanismo e espaços verdes, procurando traçar a evolução entre a Guimarães patrimonial e a cidade moderna, numa edição sobretudo preenchida por imagens que ilustrem tal evolução. Apesar de maioritariamente preenchida por fotografias, procurou-se assegurar igualmente depoimentos de figuras nacionais ligadas, por diferentes motivos, a Guimarães, testemunhando vivências da cidade que conheceram, comentando a evolução que sofreu nos anos mais recentes. O resultado é uma edição bilingue de grande qualidade técnica e editorial susceptível de se constituir como um importante veículo de divulgação e promoção do Concelho, dada a sua intemporalidade e interesse turístico. Desde logo foi reconhecido o interesse em reunir para esta edição um conjunto limitado de patrocinadores – preferencialmente um patrocinador exclusivo – de forma a salvaguardar quer a coerência e lógica do suplemento quer a visibilidade das inserções publicitárias. Atendendo à proximidade da inauguração do Espaço Guimarães, foi proposto aos promotores do investimento – BPSA7 – Promoção e Desenvolvimento de Investimentos Imobiliários, SA – que assumissem o patrocínio exclusivo daquela publicação, tendo como contrapartida a inserção de algumas páginas de publicidade. Em resposta, aqueles responsáveis solicitaram que, para além das referidas páginas, lhes fosse



autorizada pela Câmara Municipal de Guimarães a instalação de suportes publicitários relacionados com a inauguração daquela superfície comercial, num máximo de cinco semanas de permanência no espaço público. Considerando o interesse daquele investimento para o Concelho, em boa medida pelo número de postos de trabalho que cria, e que o pedido formulado se ajusta à dimensão e impacto socioeconómico do empreendimento propõe-se que a Câmara Municipal de Guimarães aprove o acordo de colaboração constante da minuta anexa”. A minuta do acordo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA MENSAL DE VERBAS PARA A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – DESPACHO 14 460/2008 DE 26 DE MAIO – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “No âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, destinado aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico foi aprovado, em reunião de Executivo no passado dia 2 de Julho, um Acordo de Colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, de forma a assegurar a leccionação da Actividade Física e Desportiva aos alunos dos 15 Agrupamentos de Escola do concelho. Com base no artigo 2.º daquele Acordo, compete ao Município a transferência mensal de uma comparticipação financeira para pagamento dos encargos decorrentes com a *contratação dos Professores a termo resolutivo certo a tempo parcial*. Nesse sentido, cumpre-nos informar que o valor da comparticipação financeira a transferir no período compreendido

entre Setembro e Dezembro de 2009 é de € 243.720,38, repartido da seguinte forma: Setembro de 2009 - € 45.697,58; Outubro de 2009 - € 60.930,10; Novembro de 2009 - € 60.930,10; Dezembro de 2009 - € 76.162,60. Mais informamos que de acordo com o ponto 2.1, do artigo 2.º, do Acordo de Colaboração, no final do mês de Dezembro serão efectuados os acertos financeiros relativos ao pagamento efectivo dos encargos mensais com a contratação de docentes, abatido dos valores atribuídos naquele período. À consideração superior. O Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 MOTELO/FERMENTÕES – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Setembro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, a Autarquia tem vindo a celebrar anualmente um protocolo com a Casa do Povo de Fermentões para o fornecimento de refeições aos alunos da EB1 Motelo/Fermentões. De acordo com informações do Agrupamento de Escolas Fernando Távora, o número de alunos a necessitar de almoço no ano próximo ano lectivo é de 143. Assim, propõe-se, para o ano lectivo 2009/10, a renovação do protocolo com a Casa do Povo de Fermentões, para fornecimento de refeições a 143 alunos da EB1 de Motelo. Mais se informa que o fornecimento de refeições a estes alunos implica à Autarquia um custo anual previsível de €19 573,26, repartido da seguinte forma: Setembro a Dezembro de 2009 (69 dias lectivos): €7.761,81; Janeiro a Junho de 2010 (105 dias lectivos): €11 811,45. Para deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa dois



exemplares do Protocolo, a celebrar entre as entidades. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 02.01.05. O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS –

Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas anexa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – REABERTURA DO PARQUE CENTRAL JUNTO

AO ESTÁDIO D. AFONSO HENRIQUES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Considerando a instalação provisória de parte da Escola Secundária Francisco de Holanda na envolvente do Pavilhão INATEL e nas instalações do Estádio. Considerando a necessidade de corresponder ao expectável aumento da procura de estacionamento naquela área. Propõe-se: 1 – A reabertura do Parque Central, junto ao Estádio D. Afonso Henriques, por um período experimental, até 31 de Dezembro de 2009, das 08h00 às 20h00 nos dias úteis, sem prejuízo da abertura ocasional, designadamente, nos dias dos jogos de futebol, festividades e outros eventos; 2 – A adopção de uma taxa reduzida de €0,10/15 min, por forma a potenciar a transferência do estacionamento à superfície na via pública para o Parque; 3 – A aplicação de uma taxa de recolha diurna de €20,00/mês. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** ---

ALARGAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA DR. JOSÉ SAMPAIO ATÉ AO ENTRONCAMENTO COM A REI DO PEGÚ – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Em reunião de 6 de Setembro de 2001, a Câmara deliberou a criação de zona de estacionamento de duração limitada paga na Rua Dr. José Sampaio, no troço compreendido entre o Largo República do Brasil e a Av. Combatentes da Grande Guerra. Decorridos oito anos, verifica-se a existência de novos espaços comerciais e habitacionais que justificam a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo. Assim, considerando o parque de estacionamento gratuito adjacente – Largo das Hortas – propõe-se o alargamento da zona de estacionamento



de duração limitada da Rua Dr. José Sampaio até ao entroncamento com a Rua Rei do Pegú, com limite máximo horário de 2 horas e taxa horária de € 0,55/h”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO – FREGUESIA DE NESPEREIRA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito nos arruamentos identificados em anexo, localizados na freguesia de Nespereira. O estudo das alterações de trânsito decorreu da identificação no relatório anual sobre a sinistralidade no ano de 2008, da Autoridade Nacional Segurança Rodoviária (ANSR), de dois pontos negros na EN 105, freguesia de Nespereira. Considerando que a EN 105 está sob responsabilidade da Estradas de Portugal, SA, o estudo de intervenção directa do Município incidiu na adopção de sentidos únicos nas vias municipais confinantes, por forma a reduzir o número de conflitos com a mesma, aumentando a segurança rodoviária, sem prejuízo da respectiva acessibilidade”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO – FREGUESIA DE FERMENTÕES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Fermentões, assinalada na planta anexa. A sua elaboração tem por objectivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária na Rua Coradeiras de Cima”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE BARCO – Presente a seguinte informação dos

Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Barco, aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 29 – **Rua da Boavista** - Tem início na rua do Rabelo e termina no entroncamento com

a rua do Barqueiro; 30 – **Travessa Joaquim Fernandes** - Arruamento sem saída, com início na rua do Barqueiro; 31 – **Travessa da Lagoa** -

Arruamento sem saída, com início na rua Sr.^a dos Remédios; 32 – **Rua 1º de Maio** - Arruamento sem saída, com início na rua do Fio; 33 –

Travessa Pé de Cavalo - Arruamento sem saída, com início na rua do Fio; 34 – **Rua de S. João** - Arruamento sem saída, com início na Travessa de Stº António; 35 – **Rua 24 de Junho** - Arruamento sem saída, com

início na rua da Bouça Nova; 36 – **Rua da Bouça Nova** - Arruamento sem saída, com início na rua do Muro; 37 - **Rua 25 de Abril** - Arruamento

sem saída, com início na rua da Bouça Nova; 38 – **Travessa 25 de Abril** - Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome; 39 –

Travessa do Juncal - Arruamento sem saída, com início na rua da Torre; 40 – **Rua Manuel da Poça** - Arruamento sem saída, com início na rua da

Gandra; 41 – **Rua do Reconco** - Tem início na rua Sr.^a dos Remédios e termina no entroncamento com a rua do Salgueiral. Assim, nos termos da

alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe--se a

aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Barco”. A planta toponímica dá-se aqui por

reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de freguesia, a Assembleia de Freguesia de Briteiros (Salvador), aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: **59 – Travessa de Ventuzela** – Arruamento sem saída, com início na rua João Antunes Guimarães. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Briteiros (Salvador)”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE URGEZES – Presente a seguinte informação dos

Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Urgezès, aprovou a seguinte denominação Toponímica: **83 – Travessa Cândido José de Carvalho** - Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Urgezès”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE - PROTOCOLOS DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS – ANOS DE 2007 E 2008 – PRORROGAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião de 14 de Junho de 2007 deliberou conceder à Junta de Freguesia de Rendufe a verba de €12.833,08, destinada a comparticipar o projecto e a obra de remodelação e conservação da Sede da Junta de Freguesia. Em reunião de 2 de Maio de 2008 a Câmara atribuiu à referida Junta a importância de 12.856,46 euros para a obra designada por “Elaboração do projecto e execução da obra de adaptação da Sede da Junta de Freguesia de Rendufe”. Como não foi possível à Junta de Freguesia dar cumprimento ao estabelecido nos protocolos celebrados respectivamente em 26 de Junho de 2007 e 29 de Maio de 2008, submete-se à aprovação do executivo camarário a prorrogação até final do ano de 2009 dos protocolos de atribuição de subsídios àquela autarquia e que as respectivas verbas sejam transferidas para o corrente ano”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUSBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AROSA – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Arosa construiu em parceria com a Fábrica da Igreja um Salão para actividades sociais da sua comunidade. Para a sua utilização é necessário a aquisição de 250 cadeiras, para a qual solicitou apoio municipal. Considerando o interesse social do referido equipamento, o único na freguesia, proponho que seja concedido um subsídio de €5.353,33 (cinco mil trezentos e cinquenta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 20%, correspondente aos encargos dessa aquisição, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-



A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO - Presente a

seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos pretende adquirir um equipamento constituído por um tractor, um reboque e um pulverizador, que lhe permitirá assumir competências na limpeza da Vila, melhorando a sua imagem urbana, tendo solicitado apoio municipal. Considerando que a Vila de Moreira de Cónegos pela sua dimensão populacional exige serviços de limpeza mais próximos das populações, proponho que seja concedido um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros), para essa aquisição, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12 e 13 de Agosto, dar apoio à valência do Banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponíveis relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não foi possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de €600,00 (75x8=€600,00). Esta despesa está

cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

SUBSÍDIOS – CÍRCULO DE ARTE E RECREIO – AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO “CASA DE AGRA” – Presente a seguinte proposta: “O

Círculo de Arte e Recreio celebrou com o proprietário do edifício onde está instalada a sua sede social um contrato para a sua aquisição, tendo solicitado apoio municipal para os encargos financeiros a satisfazer. Considerando o interesse público das actividades desenvolvidas pelo CAR, o seu historial e a sua classificação como Instituição de Utilidade Pública, o interesse histórico da antiga “Casa de Agra” onde decorreram momentos integrantes da história da cidade, e a importância da existência de posse sobre o prédio para que a referida associação possa candidatar e receber apoios estatais para a sua reabilitação, proponho que seja concedido um subsídio de €50 000 (cinquenta mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Carlos Vasconcelos não participou na discussão e na votação da proposta. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 30, 32 a 34 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios



por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE RECINTOS DESPORTIVOS – Presente a seguinte proposta: “Através de ofício conjunto, o Desportivo Francisco de Holanda e o Clube Desportivo Xico Andebol vêm informar a Câmara Municipal de Guimarães que, na sequência do Contrato de Cedência, Exploração e Utilização de Espaço e Instalações Desportivas firmado no passado dia 30 de Junho, que juntamos em anexo, o Clube Desportivo Xico Andebol passou a assumir todas as despesas decorrentes da utilização e exploração das instalações desportivas pertencentes ao Desportivo Francisco de Holanda, designadamente as que se relacionam com limpeza, segurança, manutenção, etc.. Deste modo, solicitam que os subsídios atribuídos pela Câmara Municipal de Guimarães ao Desportivo Francisco de Holanda para aqueles fins, deliberados em 27 de Julho de 1990 e em 8 de Fevereiro de 2001, passem a ser atribuídos ao Clube Desportivo Xico Andebol. Verificada a conformidade dos documentos anexos ao referido ofício, proponho que a Câmara aprove a pretensão expressa pelas duas entidades citadas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE BRITO –
AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES** – Presente a seguinte proposta:

“A Fábrica da Igreja Paroquial de S. João de Brito procedeu à ampliação das suas instalações, nomeadamente o Salão Paroquial e salas de apoio, onde actualmente se desenvolvem actividades envolvendo 530 crianças, tendo solicitado apoio municipal. Considerando a importância social da actividade desenvolvida e o investimento realizado próximo dos €250 000, proponho que seja concedido um subsídio de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), a pagar de acordo com autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 30, 32 a 34 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas



nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE MOREIRA DE CÓNEGOS – CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS

– Presente a seguinte proposta: “O Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos tem em construção balneários nas suas instalações, tendo já recebido apoio municipal por deliberação de 11 de Setembro de 2008. Considerando a importância da obra para a promoção da actividade desportiva e a dimensão populacional da Vila de Moreira de Cónegos, proponho que seja concedido um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros), a pagar de acordo com autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 30, 32 a 34 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter

reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas n°6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DE TÊNIS DE MESA DAS TAIPAS –

Presente a seguinte proposta: “O Clube de Ténis de Mesa das Taipas é uma associação desportiva com actividade em vários escalões da modalidade, tendo ascendido em seniores na última época às provas nacionais. Dadas as suas dificuldades financeiras solicitou apoio para o pagamento das inscrições de atletas e equipas na Federação da modalidade que atinge montantes significativos. Considerando o esforço de formação e os resultados alcançados, proponho a atribuição de um subsídio de €300 (trezentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do n° 4 do art. 64° da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 30, 32 a 34 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas



candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DE CICLOTURISMO DE CALVOS – 1.º PASSEIO DE CICLOTURISMO E RODA LIVRE CALVOS 2009 –

Presente a seguinte proposta: “O Clube de Ciclismo de Calvos organiza no próximo dia 19 de Setembro uma prova de Ciclismo para a qual solicitou apoio municipal na cedência de gradeamento para organização de trânsito, a presença da Polícia Municipal, e a oferta dos troféus a atribuir aos vencedores da prova. Considerando que esta prova deverá constituir um factor de animação social numa pequena freguesia carenciada da prática desportiva, deferi a oferta de três troféus pertencentes ao espólio municipal, bem como as solicitações na organização de trânsito, o que coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – FESTA EM HONRA DE S. TIAGO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ronfe solicitando apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, realizada entre os passados dias 22 e 27 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €391,81, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Ronfe, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo

eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, num máximo de €195,91 (cento e noventa e cinco euros e noventa e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS - Presente um ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário solicitando apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, realizada entre os passados dias 11 e 17 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €106,52, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, de



um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €53,26 (cinquenta e três euros e vinte e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS - Presente um ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os passados dias 25 e 28 de Setembro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €165,60, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de

Freguesia de Gonça, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €82,80 (oitenta e dois euros e oitenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTA EM HONRA DE S. MATEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS -

Presente um ofício da Comissão de Festas em Honra de S. Mateus solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 2 a 4 de Outubro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €165,60, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Gonça, de um subsídio



correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Mateus, num máximo de €82,80 (oitenta e dois euros e oitenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 37 a 47 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----